



BANCO CENTRAL DO BRASIL
Diretoria de Política Econômica
Departamento de Relacionamento com Investidores e Estudos Especiais

Contas Externas

com informações até fevereiro de 2015



Série
Perguntas
Mais Frequentes

Contas Externas

Este texto integra a série “Perguntas Mais Frequentes” (PMF), editada pelo Departamento de Relacionamento com Investidores e Estudos Especiais (Gerin) do Banco Central do Brasil, abordando temas econômicos de interesse da sociedade. Com essa iniciativa, o Banco Central do Brasil vem prestar esclarecimentos sobre diversos assuntos da nossa realidade, buscando aumentar a transparência na condução da política econômica e a eficácia na comunicação de suas ações.

Sumário

1. Como são divulgadas as contas externas brasileiras?	2
2. Qual a estrutura do Balanço de Pagamentos?	2
3. Como a conta corrente brasileira tem evoluído?	2
4. Como a balança comercial brasileira tem evoluído?	3
5. O que é a taxa de câmbio real efetiva?	4
6. Como a balança de serviços brasileira tem evoluído?	5
7. No que consiste a conta de rendas brasileira e como ela tem evoluído?	6
8. O que são e como têm evoluído as transferências unilaterais correntes no Brasil?	7
9. O que são e como têm evoluído os fluxos de investimentos estrangeiros diretos (IED) no Brasil?	8
10. O que são as necessidades de financiamento externo?	9
11. O que são e como têm evoluído os investimentos em carteira no Brasil?	9
12. O que são os Usos e Fontes do Balanço de Pagamentos?	10
13. Qual o tamanho da dívida externa total? Qual sua evolução recente?	11
14. Qual o tamanho da dívida externa líquida?	12
15. Qual o perfil de vencimentos da dívida externa brasileira?	13
16. Qual a composição da dívida externa por moeda?	13
17. Que proporção da dívida externa está contratada a taxas de juros fixas?	14
18. Qual proporção da dívida externa é pública e qual o cronograma esperado de amortização do principal?	14
19. Como têm evoluído as reservas internacionais?	15
20. Como têm evoluído alguns indicadores de sustentabilidade externa brasileiros?	16
21. Onde posso obter maiores informações sobre o balanço de pagamentos brasileiro e dados atualizados?	17

Contas Externas

1. Como são divulgadas as contas externas brasileiras?

Desde janeiro de 2001, o Banco Central do Brasil divulga as contas externas brasileiras segundo a metodologia recomendada no “Manual do Balanço de Pagamentos” (5ª edição, 1993) editado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Esse manual define as normas internacionais para a apuração das contas externas de forma integrada, englobando os dados de fluxos (o Balanço de Pagamentos propriamente dito) e os dados de estoques de ativos e passivos financeiros internacionais do País.

A partir de abril de 2015, o Banco Central do Brasil passará a divulgar as estatísticas de setor externo da economia brasileira em conformidade com a sexta edição do Manual de Balanço de Pagamentos e Posição Internacional de Investimento (BPM6), do FMI. No entanto, todos os dados de Balanço de Pagamentos deste PMF ainda utilizam dados da 5ª edição, uma vez que as séries históricas novas ainda não estão disponíveis.

2. Qual a estrutura do Balanço de Pagamentos?

O Balanço de Pagamentos (BP) é estruturado em dois grandes grupos de contas:

- Conta corrente, que agrega a balança comercial, a balança de serviços, rendas e as transferências unilaterais correntes líquidas; e
- Conta capital e financeira, que agrega os investimentos diretos e em carteira de estrangeiros no País e de brasileiros no exterior, além de operações com derivativos e outros investimentos.

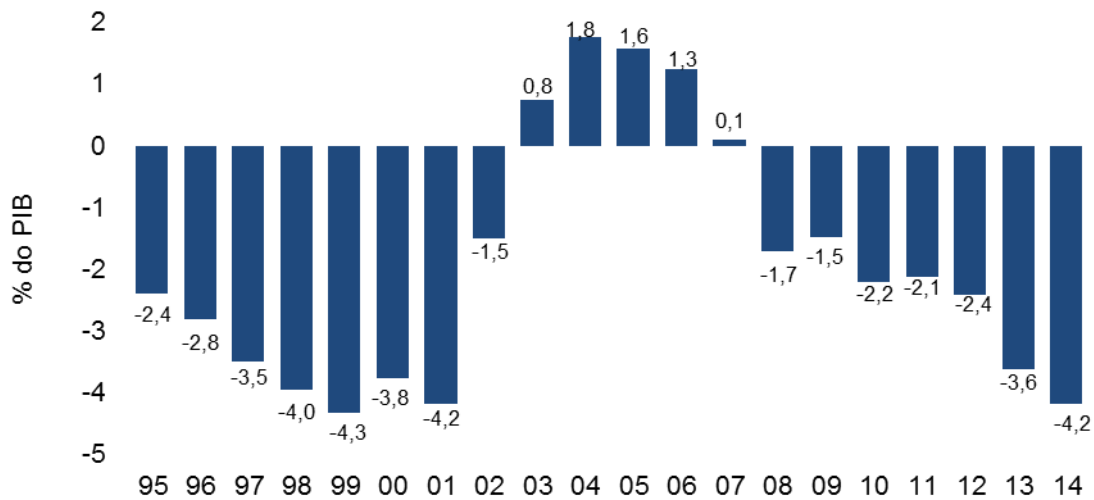
A soma dos resultados das contas corrente e capital e financeira constitui o resultado do BP, que, por definição, é igual à variação das reservas internacionais no conceito liquidez internacional. Erros e omissões podem dar margem à discrepância estatística entre os dois fluxos, que é devidamente registrada no BP.

3. Como a conta corrente brasileira tem evoluído?

A conta corrente brasileira vem apresentando tendências distintas desde o início do Plano Real em julho de 1994. Como se observa no Gráfico 1, até 1999, os *deficits* foram crescentes, atingindo o pico histórico como proporção do PIB¹ nesse ano (US\$25,3 bilhões, equivalentes a 4,32% do PIB). A partir desse ano, todavia, com a adoção do sistema de metas de inflação, que tem como um de seus pilares o regime de câmbio flutuante, verificou-se ajuste gradual na conta corrente brasileira. O saldo passou a ser superavitário em 2003, influenciado pela forte depreciação cambial da moeda brasileira em 2002, e se manteve assim até 2007. A partir de 2008, com a intensificação da crise internacional e a consequente queda no crescimento global, nossas contas externas voltaram a apresentar *deficit* em conta corrente.

¹ NI Setor Externo, Q. 1 ou SGS 11728 (todas as referências ‘SGS’ dizem respeito aos códigos de busca no link: <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>)

Gráfico 1
Saldo em Conta Corrente

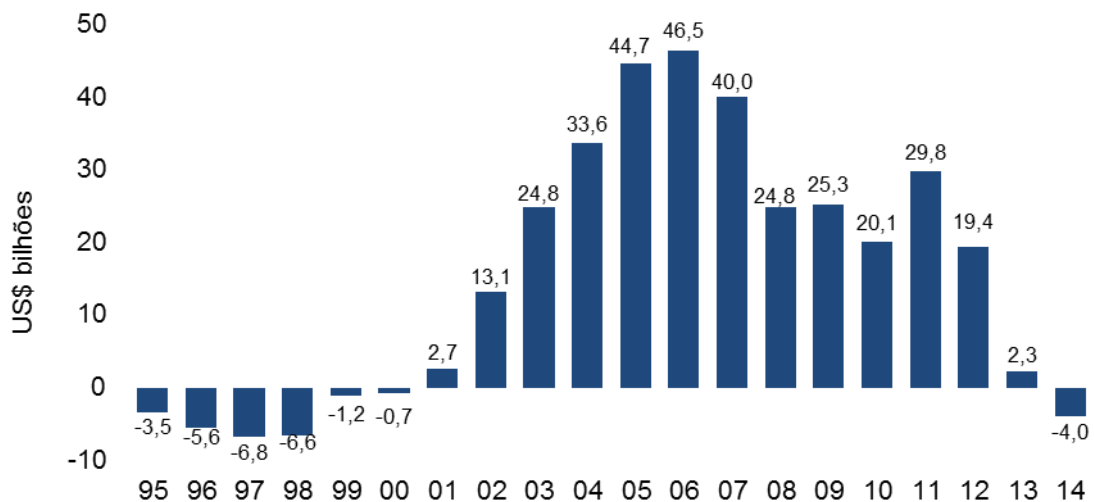


Fonte: BCB.

4. Como a balança comercial brasileira tem evoluído?

A diminuição do *deficit* em conta corrente² após 1999 é basicamente explicada pela melhora do saldo comercial. Como demonstrado no Gráfico 2, o aumento do saldo comercial do Brasil entre 1998 e 2006 somou US\$53,1 bilhões, valor superior à variação do saldo em conta corrente no mesmo período (US\$47 bilhões). Ressalte-se que em 2006 a balança comercial apresentou *superavit* de US\$46,5 bilhões, recorde histórico.

Gráfico 2
Balança Comercial



Fonte: MDIC. *=valor preliminar.

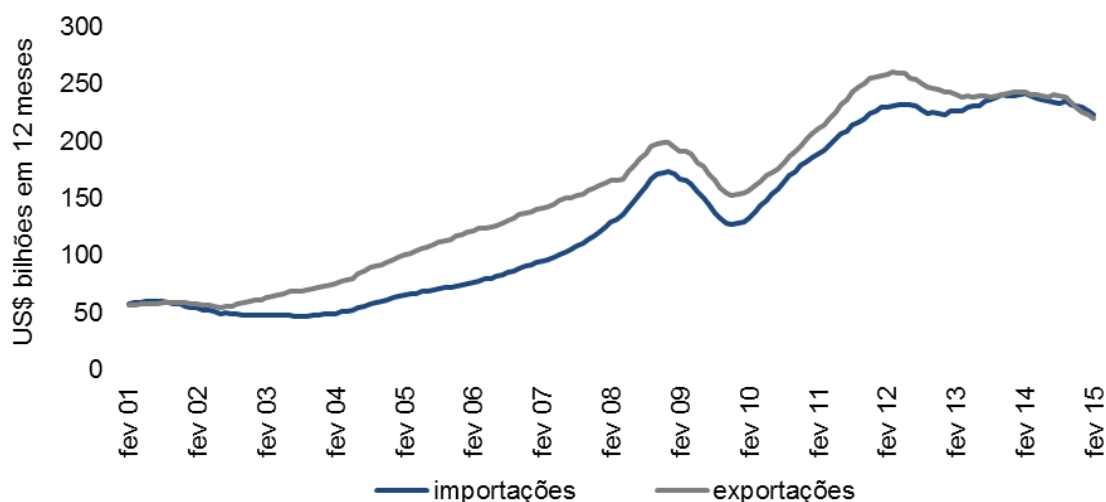
A melhora expressiva da balança comercial decorreu de aceleração no crescimento das exportações³ a partir do segundo semestre de 2002 até novembro de 2008, quando atingiram o pico histórico de US\$198,4 bilhões acumulados em 12 meses,

² NI Setor Externo, Q. 1 ou SGS 2302

³ NI Setor Externo, Q. 1 ou SGS 2733

posteriormente ultrapassado a partir de dezembro de 2010. Esse aumento das exportações possibilitou ao País elevar significativamente o seu nível de importações, sem deteriorar as contas externas. No período analisado no Gráfico 3, o valor mínimo das importações⁴ acumuladas em 12 meses foi de US\$46 bilhões em agosto de 2003 e chegou a atingir o máximo de US\$173,1 bilhões em dezembro de 2008, sucedendo-se a crise e a recuperação, que desde dezembro de 2009 garantia crescimento contínuo do resultado em 12 meses, com recordes sucessivos desde outubro de 2010, atingindo US\$241,1 bilhões em fevereiro de 2014 (US\$222,7 bilhões em fevereiro de 2015). Há diversos fatores que afetam o desempenho do comércio externo, tais como o nível de atividade doméstica, a demanda externa e as tarifas e barreiras ao comércio. A maior demanda no resto do mundo, em relação ao Brasil, e a taxa de câmbio real efetiva favorável explicam a aceleração do crescimento das exportações no período entre 2002 e 2005. A partir daquele ano, além das exportações, também as importações passaram a crescer em ritmo mais acelerado, como reflexo do maior crescimento relativo da demanda doméstica, em relação ao resto do mundo. Como consequência do aumento substancial tanto das exportações como das importações, a corrente de comércio brasileira apresentou sucessivos recordes até 2008. Já em 2009, com a queda do nível de atividade em todo o mundo em decorrência da intensificação da crise financeira internacional após a quebra, em setembro de 2008, do banco de investimento Lehman Brothers, houve redução na corrente de comércio brasileira, com as exportações e importações brasileiras apresentando queda expressiva, recuperando-se a partir de 2010, chegando a US\$491,0 bilhões em maio de 2012 (US\$441,7 bilhões em fevereiro de 2015).

Gráfico 3
Exportações e Importações
(até fev/15)



Fonte: MDIC

5. O que é a taxa de câmbio real efetiva?

A taxa de câmbio real efetiva⁵ é uma medida de competitividade das exportações, dada pela cotação do real em relação às moedas de nossos 15 principais mercados,

⁴ NI Setor Externo, Q. 1 ou SGS 2734

⁵ <http://www.bcb.gov.br/?INDECO>, Q. 5.28 ou SGS 11752

ponderada pela participação desses países no total das exportações brasileiras. Utilizam-se um índice doméstico de inflação como deflator interno e os respectivos índices de preços ao consumidor de cada país como deflator externo. É, portanto, um indicador mais abrangente de competitividade das exportações do que taxas de câmbio reais bilaterais.

Como podemos observar no Gráfico 4, após a introdução da nova moeda brasileira em 1994, o Real, houve valorização da taxa de câmbio real efetiva, deflacionada pelo IPCA, que durou até janeiro de 1999, com a desvalorização do Real e a mudança do regime cambial para taxas flutuantes. A partir de então, a taxa de câmbio real sofreu significativa desvalorização até o segundo semestre de 2002, quando se iniciou novo movimento de apreciação. Percebemos no gráfico que, em meados de 2008, no auge da crise financeira internacional recente, o câmbio voltou a se desvalorizar, mas por pouco tempo, valorizando-se do início de 2009 até meados de 2011. A taxa de câmbio real efetiva mais recente (fev/15) encontra-se ligeiramente acima da média histórica do período fev/95-fev/15.

Gráfico 4
Taxa de Câmbio Real Efetiva
(até fev/15)



Fonte: BCB

6. Como a balança de serviços brasileira tem evoluído?

A conta de serviços⁶ vem sofrendo deterioração nos últimos anos, contribuindo para a queda recente no saldo em transações correntes. A Tabela 1 abaixo mostra a conta de serviços discriminada em seus principais componentes nos últimos seis anos. A trajetória declinante das receitas de viagens internacionais⁷ pode ser explicada pelo ambiente de maior renda disponível e apreciação nominal da taxa de câmbio, observado até o período de agravamento da crise financeira internacional no último trimestre de 2008, e após a crise, com a recuperação. Os aumentos nas importações e

⁶ NI Setor Externo, Q. 1 ou SGS 2305

⁷ NI Setor Externo, Q. 5 ou SGS 2313

nas viagens de brasileiros ao exterior tiveram impacto nas despesas com fretes e passagens, elevando as despesas líquidas com transportes⁸.

O principal componente da conta de serviços, a conta de aluguel de equipamentos⁹, também registrou aumento brusco no *deficit* durante o agravamento da crise, que manteve a tendência crescente, principalmente em decorrência do aluguel de equipamentos relacionados à exploração de petróleo.

Tabela 1
Balança de Serviços
(US\$ milhões)

	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Serviços	-19.245	-30.835	-37.932	-41.042	-47.101	- 48 293 (a)
Transportes	-3.926	-6.407	-8.335	-8.770	-9.793	-9.060 (a)
Viagens Internacionais	-5.594	-10.718	-14.709	-15.588	-18.283	-18.724 (a)
Computação e Informação	-2.586	-3.296	-3.800	-3.850	-4.469	-2.221 (a)
Aluguel de Equipamentos	-9.393	-13.752	-16.686	-18.741	-19.060	-22.629 (a)
Demais	2.253	3.337	5.598	5.907	4.503	4.341

Fonte: BCB. Para 2014: (a) = nova metodologia.

7. No que consiste a conta de rendas brasileira e como ela tem evoluído?

A conta de rendas¹⁰ registra a remuneração do trabalho assalariado, composto de salários e ordenados, e as rendas de investimentos¹¹, que correspondem à remuneração das modalidades de aplicação detalhadas na conta financeira, conforme mostra a Tabela 2. As rendas de investimento direto¹² abrangem os lucros e dividendos relativos a participações no capital de empresas e os juros correspondentes aos empréstimos intercompanhias nas modalidades de empréstimos diretos e títulos de qualquer prazo. Não incluem os ganhos de capital, classificados como investimento direto na conta financeira. As rendas de investimento em carteira¹³ englobam os lucros, dividendos e bonificações relativos às aplicações em ações e os juros correspondentes às aplicações em títulos de dívida de emissão doméstica (títulos da dívida interna pública, debêntures e outros títulos privados) e no exterior (*bônus*, *notes* e *commercial papers*) de qualquer prazo. Excetuam-se os juros relativos à colocação de papéis entre empresas ligadas, alocados em rendas de investimento direto. As rendas de outros investimentos¹⁴ registram os juros de créditos comerciais, como os créditos de fornecedores; os juros de empréstimos de agências governamentais, organismos internacionais, bancos e compradores; e os relativos aos juros de depósitos e outros ativos e passivos.

A conta de rendas é historicamente deficitária no Brasil. No entanto, podemos notar uma mudança de composição recente, onde as remessas líquidas de rendas de investimento direto, que são as remessas de lucros e dividendos, tornaram-se o

⁸ NI Setor Externo, Q. 5 ou SGS 2306

⁹ NI Setor Externo, Q. 5 ou SGS 2343

¹⁰ NI Setor Externo, Q. 6 ou SGS 2305

¹¹ NI Setor Externo, Q. 6 ou SGS 8031

¹² NI Setor Externo, Q. 6 ou SGS 7946

¹³ NI Setor Externo, Q. 6 ou SGS 7951

¹⁴ NI Setor Externo, Q. 6 ou Séries Especiais – Balanço de Pagamentos

principal item da conta de rendas, superando a partir de 2007 a soma das remessas de investimento em carteira e de juros. Isso se deveu ao desenvolvimento econômico do país, que elevou o fluxo de Investimento Estrangeiro Direto e a taxa de retorno desse capital, resultando em aumento das remessas de lucros e dividendos.

Tabela 2
Conta de Rendas
(US\$ milhões)

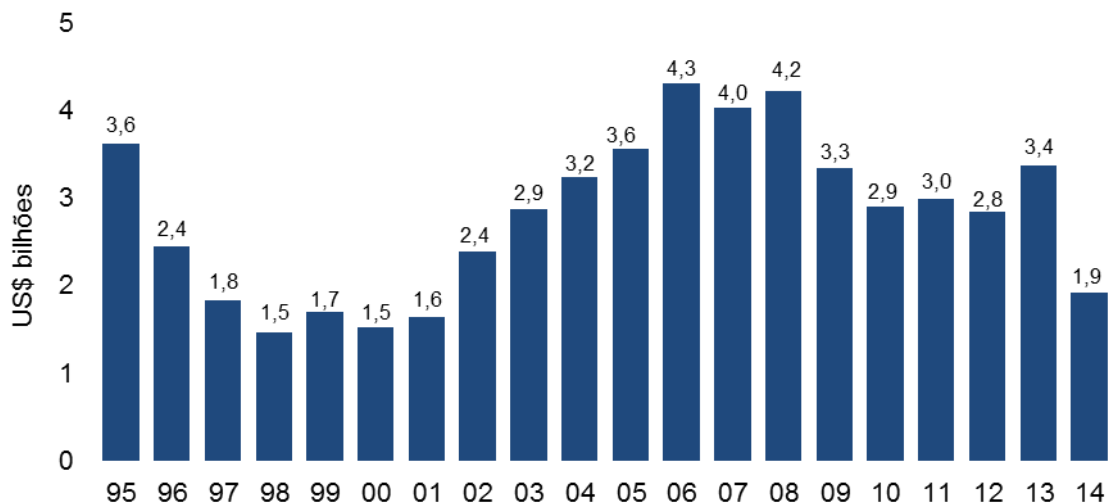
	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Renda Primária	-33.684	-39.486	-47.319	-35.448	-39.778	- 51 476
Salário e Ordenado	603	498	567	511	511	357
Renda de Investimentos	-34.287	-39.985	-47.886	-35.959	-40.289	-51.833
Renda de Investimento Direto	-19.742	-25.504	-29.631	-19.960	-22.547	-28.226
Renda de Inv. em Carteira	-9.213	-9.964	-12.164	-9.911	-11.003	-21.062
Renda de Outros Inv. (Juros)	-5.332	-4.517	-6.091	-6.088	-6.738	-5.534

Fonte: BCB

8. O que são e como têm evoluído as transferências unilaterais correntes no Brasil?

As transferências unilaterais¹⁵ compreendem os pagamentos e recebimentos, na forma de bens e moeda, para consumo corrente, que não envolvem contrapartida de compra e venda. Excluem-se as transferências relativas a patrimônio de migrantes internacionais, alocadas na conta capital. O Gráfico 5 abaixo mostra o comportamento das transferências unilaterais desde 1995.

Gráfico 5
Transferências Unilaterais Correntes



Fonte: BCB

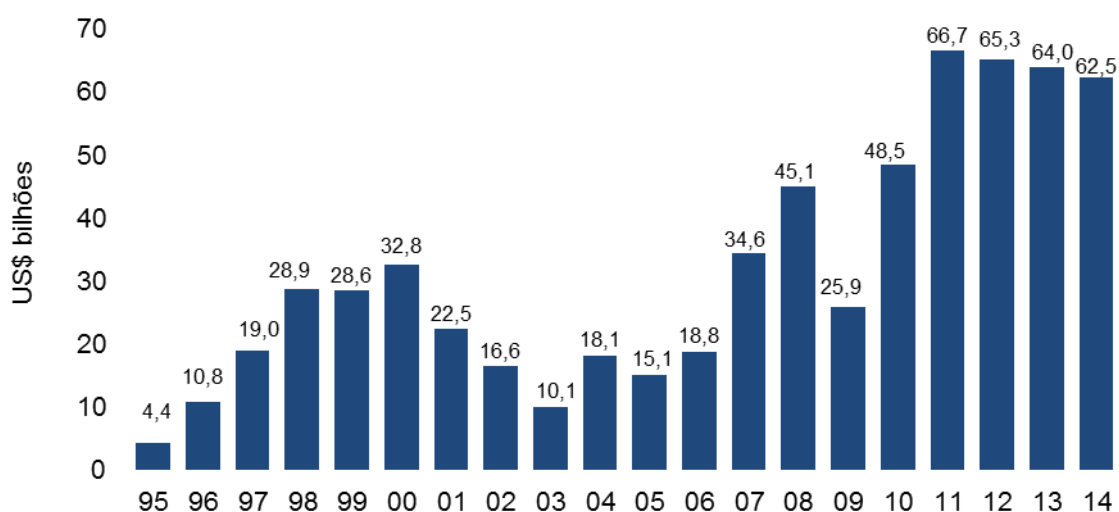
¹⁵ NI Setor Externo, Q. 1 ou SGS 2410

9. O que são e como têm evoluído os fluxos de investimentos estrangeiros diretos (IED) no Brasil?

Os investimentos estrangeiros diretos (IED)¹⁶ são divididos em investimento direto no exterior e investimento direto no país. Ambas as contas estão divididas em participação no capital e empréstimos intercompanhias. No caso do investimento no exterior, são registrados os ativos externos detidos por residentes no Brasil sob a forma de investimento direto, enquanto que os investimentos no país compreendem os investimentos realizados por investidores estrangeiros no Brasil. Esses investimentos têm perfil de mais longo prazo.

Com a implantação do Plano Real em 1994, houve tendência de crescimento dos investimentos diretos no país até o ano 2000, com empresas estrangeiras sendo atraídas por cenário de estabilidade, crescimento da demanda interna e privatizações (Gráfico 6). 2001 e 2002 foram anos de queda nos fluxos de IED em todo o mundo que, juntamente com as incertezas associadas às eleições presidenciais no Brasil em 2002, particularmente nos setores com redefinição do ambiente regulatório, contribuíram para a redução desse saldo de 2001 a 2003. A partir de 2004 o país retoma a tendência de crescimento dos fluxos de investimentos diretos, tendo a indústria como principal segmento de atração. Mesmo com a crise que atingiu os mercados financeiros a partir da segunda metade de 2007, e seus impactos no setor real das principais economias maduras, o saldo de IED registrou recorde de US\$45,1 bilhões em 2008, sendo que a maior parte desses investimentos (aproximadamente 40%) foi destinada ao setor de serviços, principalmente serviços financeiros e atividades auxiliares.

Gráfico 6
IED Líquido



Fonte: BCB

A partir da segunda metade de 2008, os saldos de IED para o Brasil foram reduzidos, o que é esperado em cenário de crise, onde, devido às perdas financeiras, os países tendem a reduzir seus investimentos, com recuperação em 2010, novo recorde em 2011 (US\$66,7 bilhões), e leve decréscimo desde então.

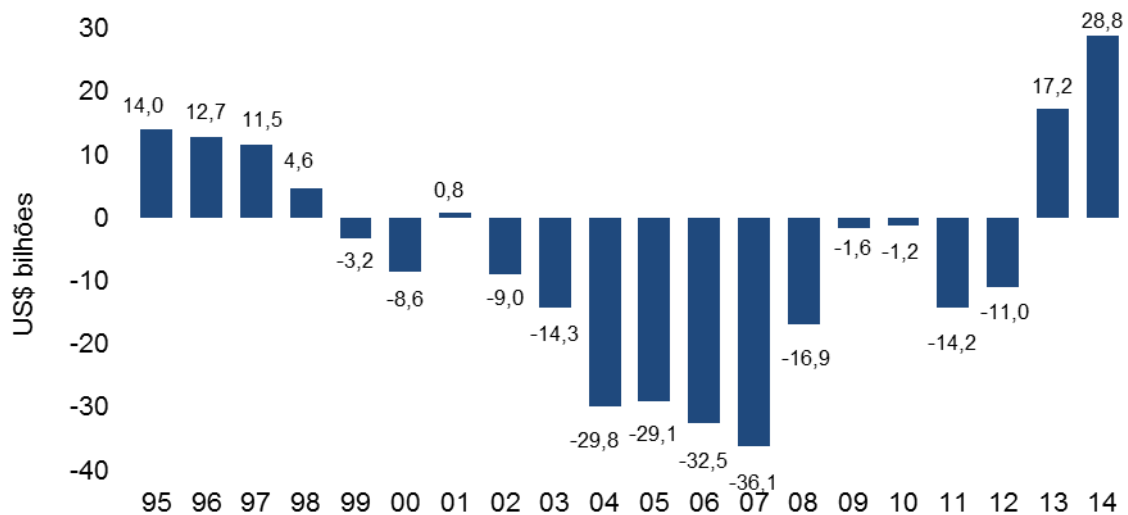
¹⁶ NI Setor Externo, Q. 1 ou SGS 2430

10. O que são as necessidades de financiamento externo?

As necessidades de financiamento externo compreendem o *deficit* em transações correntes¹⁷ deduzido pelo saldo de investimento externo direto (incluindo empréstimos intercompanhias), ou seja, correspondem à parcela do *deficit* de transações correntes não financiada pela entrada líquida de investimentos diretos. Quando esse ingresso líquido é mais do que suficiente para cobrir o *deficit* em conta corrente, as necessidades são negativas. Quanto maiores os fluxos de capitais internacionais de longo prazo ao Brasil, menor será o grau de fragilidade externa da economia brasileira.

O Gráfico 7 mostra histórico recente das necessidades de financiamento externo da economia brasileira. Podemos perceber que, a partir de 1995, houve tendência de fortalecimento do setor externo brasileiro. Em 2008, no entanto, a trajetória de redução das necessidades de financiamento externo começou a se reverter, apesar do crescimento de IED. O motivo foi o saldo em transações correntes, o pior desde 1998. Em 2009, tivemos queda brusca de IED e enorme *deficit* em transações correntes, aumentando as necessidades de financiamento externo que alcançaram o pior saldo desde 2001. Esses resultados são efeitos visíveis da crise financeira internacional de 2008 sobre a economia brasileira, com recuperação em 2011, quando as necessidades foram negativas em US\$14,2 bilhões. Em 2014, as necessidades de financiamento externo voltaram a aumentar, atingindo US\$28,8 bilhões, como resultado do aprofundamento do *deficit* em conta-corrente.

Gráfico 7
Necessidades de Financiamento Externo



Fonte: BCB

11. O que são e como têm evoluído os investimentos em carteira no Brasil?

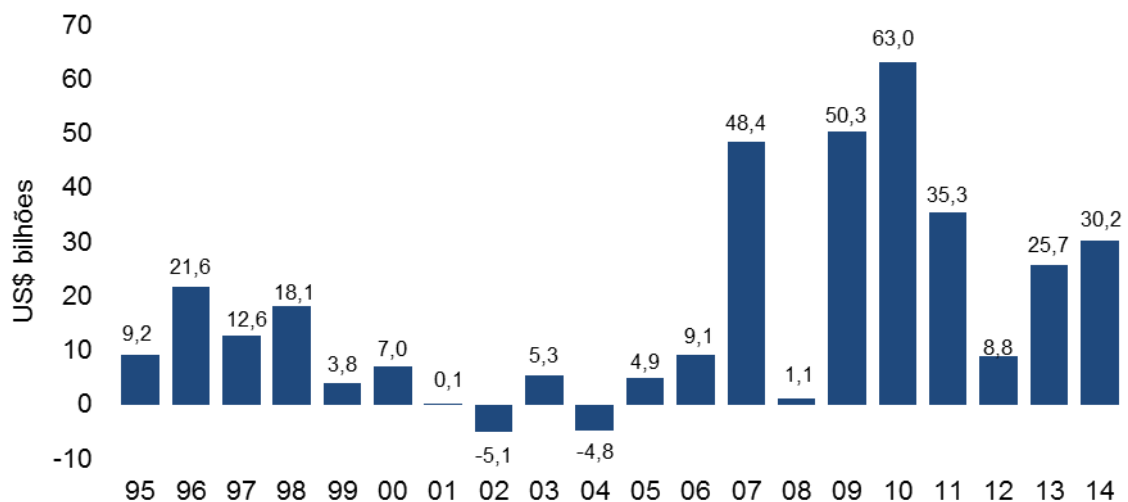
O grupo investimento em carteira registra fluxos de ativos e passivos constituídos pela emissão de títulos de crédito comumente negociados em mercados secundários de papéis. Os ativos de investimentos em carteira referem-se às aplicações brasileiras

¹⁷ NI Setor Externo, Q. I ou SGS 2301

em títulos estrangeiros, negociados no país ou no exterior. Já os passivos de investimento em carteira registram as aquisições por não-residentes de títulos de renda variável (ações) e de renda fixa (títulos de dívida) de emissão brasileira. O Gráfico 8 mostra o histórico do saldo líquido da conta de investimentos em carteira¹⁸ desde 1995.

Em 2007, houve crescimento significativo no saldo de investimentos em carteira, que atingiu o patamar histórico de US\$48,4 bilhões. Esse resultado foi consequência da melhora das contas externas brasileiras, da maior credibilidade no mercado e da trajetória declinante do risco-país, com o Brasil atraindo grande número de investidores tanto no mercado de ações, cujos investimentos somaram US\$26,2 bilhões, quanto em títulos de renda fixa, que atraíram US\$21,9 bilhões em 2007.

Gráfico 8
Investimentos em Carteira



Fonte: BCB

Devido à crise financeira internacional, que atingiu seu ápice no segundo semestre de 2008, e ao aumento da aversão ao risco, os investidores acabaram retirando seus investimentos dos mercados emergentes, realocando os mesmos em ativos de maior liquidez e de menor risco, reduzindo o saldo de investimentos em carteira para US\$1,1 bilhão em 2008. Em 2009, com a relativa melhora da situação econômica mundial e a redução do estresse nos mercados financeiros, os investidores voltaram a comprar ativos no Brasil, tendo em vista as melhores oportunidades de rendimentos no país, com o pico histórico atingido em 2010 (US\$63 bilhões), recuando nos dois anos seguintes, retomando o crescimento subsequentemente.

12. O que são os Usos e Fontes do Balanço de Pagamentos?

Os Usos e Fontes de recursos do BP¹⁹ constituem forma alternativa de apresentar as contas externas, incluindo todos os itens do BP reorganizados, de forma a ilustrar como os recursos são supridos (Fontes) para atender às demandas de transações correntes e amortizações de empréstimos externos (Usos). A Tabela 3 traz os Usos e

¹⁸ NI Setor Externo, Q. 1 ou SGS 2442

¹⁹ Séries Especiais – Balanço de Pagamentos (<http://www.bcb.gov.br/?SERIEBALPAG>)

Fontes de 2009 a 2014, destacando-se como as necessidades de recursos externos vêm aumentando.

Tabela 3
Usos e Fontes – 2009 a 2014
(US\$ milhões)

	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Usos	-54,423	-81,117	-90,173	-93,922	-141,297	-142,062
Transações correntes	-24,302	-47,273	-52,473	-54,249	-81,227	-91,288
Balança comercial	25,290	20,147	29,793	19,395	2,286	-3,959
Serviços e rendas	-52,930	-70,322	-85,251	-76,489	-86,879	-89,251
Juros	-9,069	-9,610	-9,719	-11,847	-14,244	-14,154
Lucros e dividendos	-25,218	-30,375	-38,166	-24,112	-26,045	-26,523
Viagens internacionais	-5,594	-10,718	-14,709	-15,588	-18,283	-18,695
Demais	-13,049	-19,619	-22,656	-24,942	-28,308	-29,879
Transferências unilaterais correntes	3,338	2,902	2,984	2,846	3,366	1,922
Amortizações de médio e longo prazos	-30,121	-33,844	-37,700	-39,673	-60,070	-50,774
Bônus, notes e commercial papers	-13,028	-15,735	-9,515	-11,395	-15,518	-14,819
Crédito de fornecedores	-3,787	-2,601	-2,754	-1,710	-1,493	-1,716
Empréstimos	-13,307	-15,508	-25,430	-26,568	-43,060	-34,239
Fontes	54,423	81,117	90,173	93,922	141,297	142,062
Conta capital	1,129	1,119	1,573	-1,877	1,193	590
Investimentos estrangeiros diretos	25,949	48,506	66,660	65,272	63,996	62,495
Investimentos em papéis domésticos e ações	47,148	52,272	7,114	10,651	37,006	31,652
Desembolsos de médio e longo prazos	35,830	62,598	83,586	57,813	60,819	72,226
Bônus, notes e commercial papers	12,606	25,847	27,108	17,403	13,176	16,242
Crédito de fornecedores	2,742	2,066	1,589	1,252	2,768	2,961
Empréstimos	20,482	34,684	54,889	39,158	44,875	53,023
Ativos brasileiros no exterior	-15,845	-58,805	-20,866	-29,343	-44,971	-39,435
Curto prazo e demais	6,864	24,529	10,743	10,306	17,328	25,367
Ativos de reservas	-46,651	-49,101	-58,637	-18,900	5,926	-10,833

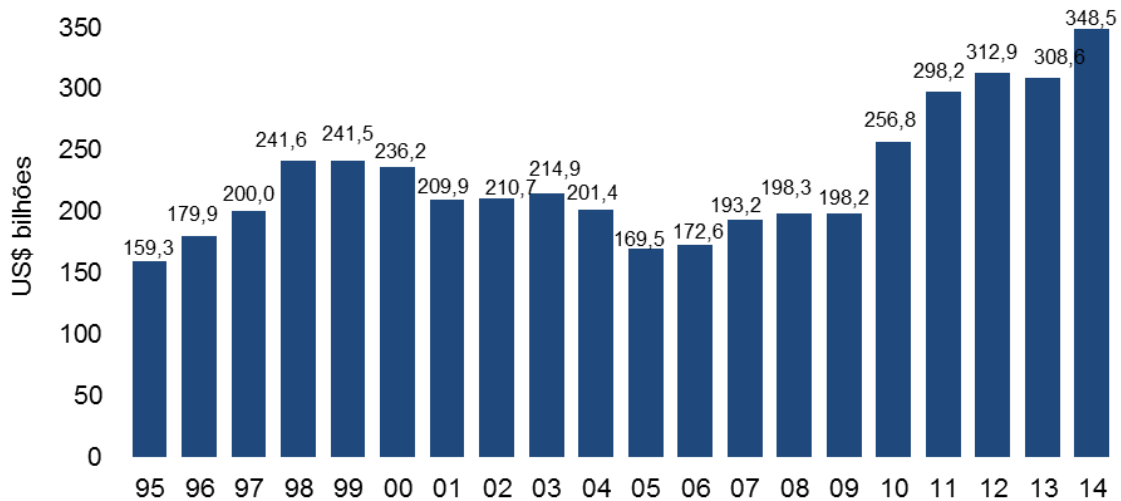
Fonte: BCB

13. Qual o tamanho da dívida externa total? Qual sua evolução recente?

O Gráfico 9 mostra o histórico da dívida externa total brasileira²⁰ com início em 1995. A década de 1990 foi marcada por crescimento acelerado da dívida externa, que atingiu o seu pico histórico em 1998, somando US\$241,6 bilhões. A partir daí, a dívida externa passou a apresentar ligeira queda até 2003, quando caiu mais expressivamente, atingindo US\$169,5 bilhões em 2005. Após esse período, subiu um pouco até 2007 e manteve-se relativamente estável até 2009, ultrapassando o patamar de US\$300 bilhões desde 2012.

²⁰ NI Setor Externo, Q. 59 ou SGS 3682

Gráfico 9
Dívida Externa Total

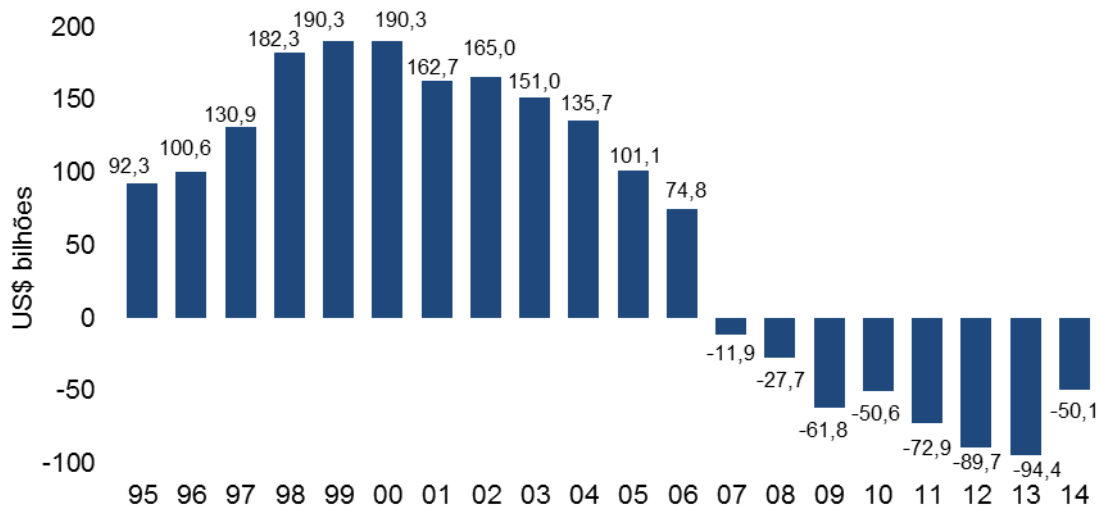


Fonte: BCB

14. Qual o tamanho da dívida externa líquida?

A dívida externa líquida²¹, que é a dívida externa total deduzidas as reservas internacionais, os haveres de bancos comerciais e os créditos brasileiros no exterior, passou a ser negativa a partir de 2007 (Gráfico 10). Com isso, o Brasil passou a ser credor internacional, de forma que o total registrado de sua dívida externa passou a ser menor que o montante de suas reservas cambiais.

Gráfico 10
Dívida Externa Líquida



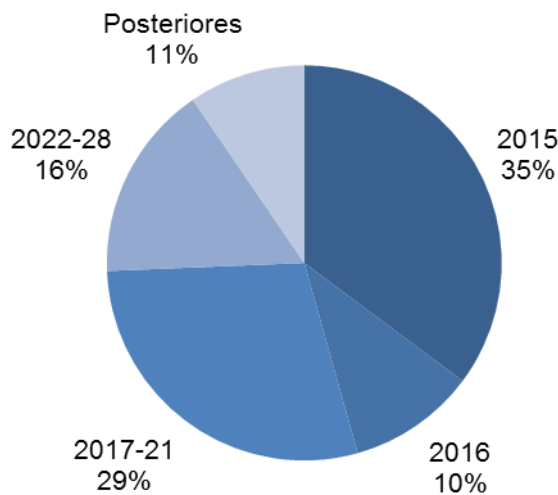
Fonte: BCB

²¹ NI Setor Externo, Q. 59 ou SGS 3683

15. Qual o perfil de vencimentos da dívida externa brasileira?

A maior parte da dívida externa brasileira registrada tem vencimento no longo prazo²², mesmo após a crise financeira internacional recente, em que houve aumento percentual expressivo da dívida de curto prazo. O Gráfico 11 mostra que, em dezembro de 2014, 74% das dívidas pendentes venciam até 2021 e apenas 35% vencia em 2015. Por outro lado, 11% das dívidas venciam após 2029.

Gráfico 11
Dívida Externa Registrada – Vencimento
(dez/14)



Fonte: BCB

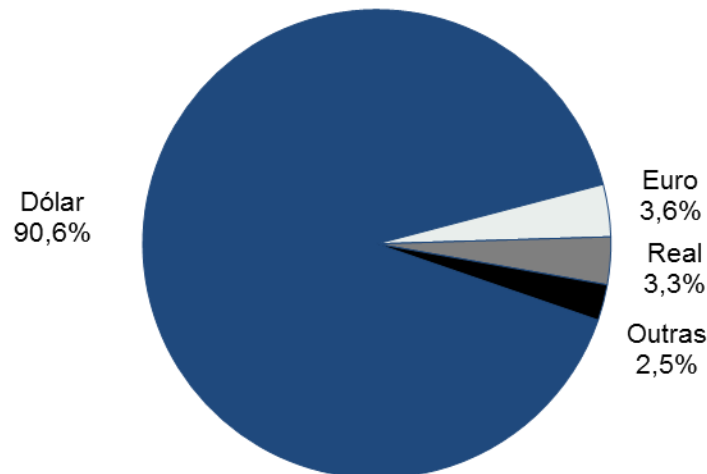
16. Qual a composição da dívida externa por moeda?

Em dezembro de 2014, a maior parte da dívida externa registrada estava expressa em dólares norte-americanos (90,6%), enquanto o real brasileiro respondia por cerca de 3,3% daquele total, mesma proporção que o euro (Gráfico 12). Há ainda 1,0% da dívida denominada em ienes, 1,2% em DES (Direitos Especiais de Saque), a "moeda" do FMI, e pequenas denominações da dívida em francos suíços, libras esterlinas, dólares canadenses e outras, que somadas alcançam 0,2% do total²³.

²² NI Setor Externo, Q. 53 e 53-A

²³ NI Setor Externo, Q. 55

Gráfico 12
Dívida Externa Registrada – Composição por moeda
 (dez/14)



Fonte: BCB, Nota para a Imprensa – Setor Externo

17. Que proporção da dívida externa está contratada a taxas de juros fixas?

Em dezembro de 2014, 50,5% da dívida externa registrada tinha a modalidade de taxas de juros fixas e 49,5% de taxas flutuantes, sendo a Libor usada em 44,9% desses contratos a juros flutuantes²⁴.

18. Qual proporção da dívida externa é pública e qual o cronograma esperado de amortização do principal?

Em dezembro de 2014, o setor público não bancário (que inclui o Tesouro Nacional, o Banco Central, as empresas públicas, estados e municípios) tinha responsabilidade sobre 30,9% da dívida externa total, totalizando US\$89,8 bilhões. Já o setor privado e o setor público bancário respondiam pelos 69,1% restantes, somando US\$201,1 bilhões²⁵. Tratando-se do cronograma de amortizações do principal da dívida externa registrada²⁶, o perfil de médio e longo prazo predomina nas dívidas do setor público não bancário, como podemos ver no Gráfico 13. Dos US\$65,0 bilhões de dívidas com vencimento em 2015, apenas 8,9% foram emitidas pelo setor público não bancário, enquanto que, nas dívidas com vencimentos a partir de 2028, que somavam US\$37,4 bilhões, esse percentual subia para 72,2%.

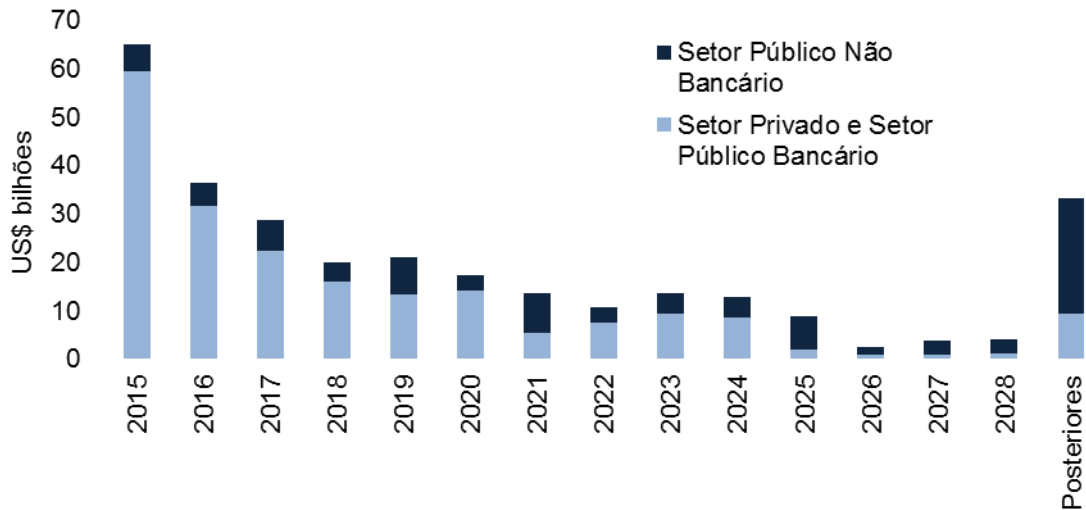
²⁴ NI Setor Externo, Q. 56

²⁵ NI Setor Externo, Q. 52

²⁶ NI Setor Externo, Q. 54 e 54-A

Gráfico 13

Dívida Externa Registrada - Cronograma de Amortização do Principal



Fonte: BCB

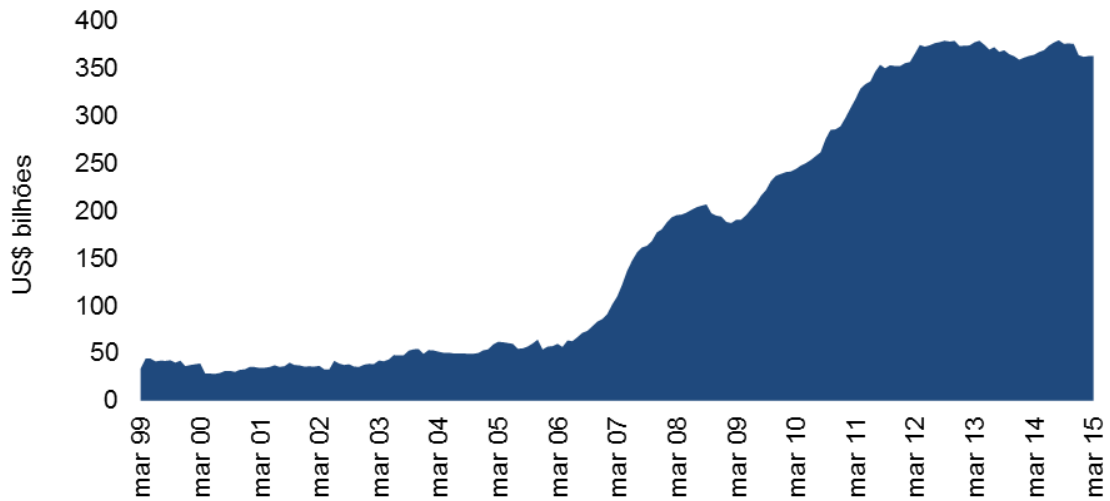
19. Como têm evoluído as reservas internacionais?

Em 2004, com a melhora do cenário externo, foi instituído processo de recomposição das reservas internacionais por meio de compra de dólares no mercado à vista pelo Banco Central. A partir de então, as reservas internacionais²⁷ têm alcançado patamares recordes, sendo um dos principais responsáveis pela maior sustentabilidade externa da economia brasileira, juntamente com a redução da dívida externa pública. Essa melhor posição externa brasileira, que contribui para a redução da sensibilidade da nossa economia frente a choques externos, foi um dos fatores fundamentais para a obtenção do grau de investimento atribuído pelas principais agências de avaliação de risco do mercado em reconhecimento à maior segurança do país como destino de investimentos estrangeiros.

Em 2008, com o agravamento da crise financeira internacional, o Banco Central do Brasil teve que abandonar momentaneamente o processo de recomposição das reservas cambiais. Isso culminou em pequena redução das reservas internacionais entre o final de 2008 e o início de 2009, o que pode ser visto no Gráfico 14. Com a redução do estresse nos mercados financeiros internacionais a partir de meados de 2009, o mercado cambial doméstico voltou a apresentar *superávits*, o que levou o Banco Central do Brasil a retomar a política de acumulação de reservas.

²⁷ NI Setor Externo, Q. 49 ou SGS 3546

Gráfico 14
Reservas Internacionais
(até mar/15)

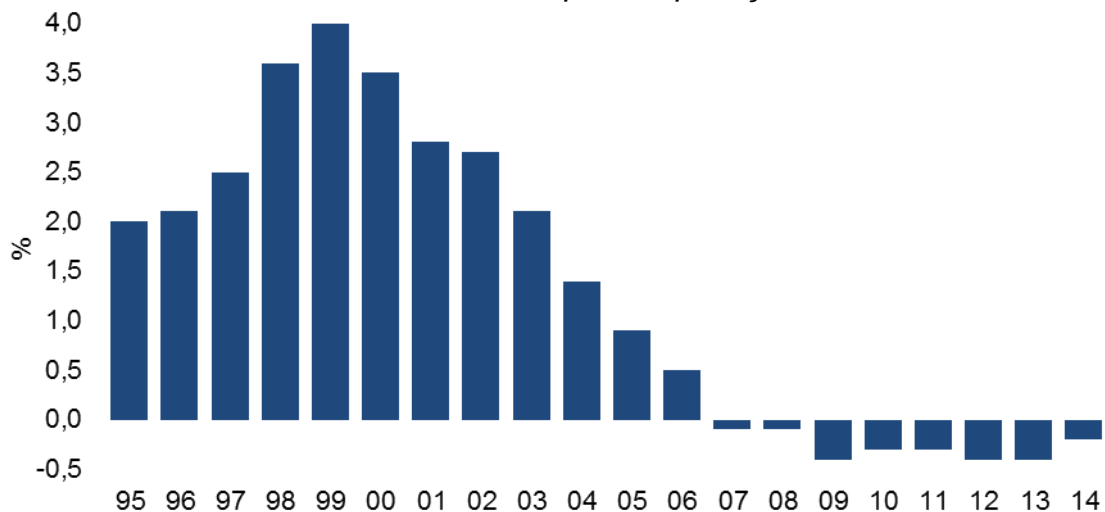


Fonte: BCB

20. Como têm evoluído alguns indicadores de sustentabilidade externa brasileiros?

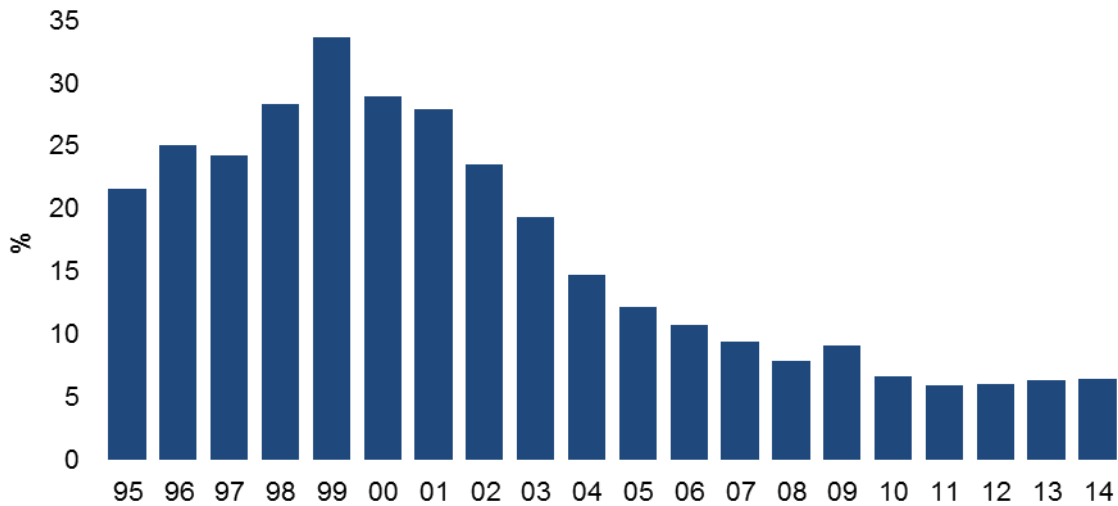
A crise financeira internacional serviu como teste à estratégia de governo de acúmulo de reservas internacionais iniciada em 2004. O impacto relativamente modesto da crise sobre as contas externas brasileiras mostrou que, de fato, nossa economia está mais sólida que no passado. As reservas internacionais serviram como uma espécie de seguro, melhorando a percepção do mercado em relação à estabilidade e sustentabilidade da economia nacional. Os Gráficos 15 a 17 mostram a evolução de alguns dos principais indicadores de sustentabilidade externa do país.

Gráfico 15
Dívida Externa Líquida/Exportações



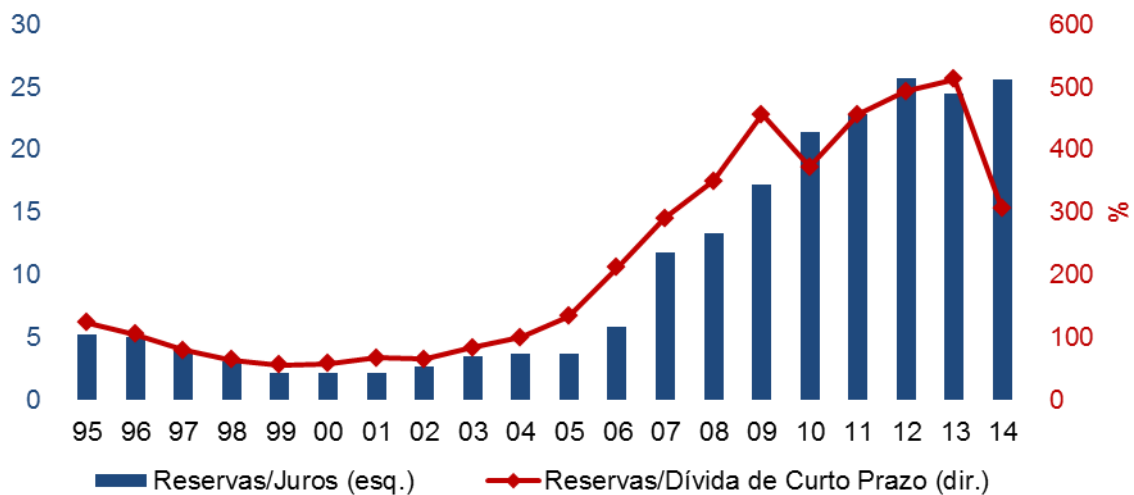
Fonte: BCB

Gráfico 16
Juros/Exportações



Fonte: BCB

Gráfico 17
Reservas/Dívida de Curto Prazo e Reservas/Juros*



Fonte: BCB. *inclui amortizações de dívidas de médio e longo prazo vencendo nos próximos 360 dias.

21. Onde posso obter maiores informações sobre o balanço de pagamentos brasileiro e dados atualizados?

O Banco Central publica mensalmente a “Nota para a Imprensa - Setor Externo”, com quadros contendo o detalhamento das contas do Balanço de Pagamentos, as reservas internacionais e a dívida externa brasileira, incluindo o cronograma atualizado de amortizações e pagamento de juros. Acesse a “Nota para a Imprensa - Setor Externo” no endereço <http://www.bcb.gov.br/?ECOIMPEXT>.

Para encontrar as séries de dados e atualizar os gráficos aqui expostos, pode-se recorrer às séries temporais disponíveis na página do Banco Central na internet, seleção por assunto ⇒ Setor externo, em <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTel>

[aLocalizarSeries](#) ou por código, utilizando-se os números informados nas notas de rodapé, além dos quadros indicados da Nota para a Imprensa – Setor Externo.

As séries temporais dispõem ainda de base de dados específica para o Balanço de Pagamentos e para o Investimento Estrangeiro Direto em seleção por assunto ⇒ Tabelas especiais em <http://www.bcb.gov.br/?SERIESP>.

O Banco Central também disponibiliza planilhas em Excel com os principais indicadores econômicos em <http://www.bcb.gov.br/?INDECO>. Os indicadores de Balanço de Pagamentos encontram-se no Capítulo V.

Série “Perguntas Mais Frequentes” Banco Central do Brasil

1. Juros e *Spread* Bancário
2. Índices de Preços no Brasil
3. Copom
4. Indicadores Fiscais
5. Preços Administrados
6. Gestão da Dívida Mobiliária, Operações de Mercado Aberto e *Swap* Cambial
7. Sistema de Pagamentos Brasileiro
8. Contas Externas
9. Risco-País
10. Regime de Metas para a Inflação no Brasil
11. Funções do Banco Central do Brasil
12. Depósitos Compulsórios
13. Sistema Expectativas de Mercado

Diretor de Política Econômica

Luis Awazu Pereira da Silva

Equipe

André Barbosa Coutinho Marques
Carolina Freitas Pereira Mayrink
Henrique de Godoy Moreira e Costa
Luciana Valle Rosa Roppa
Luiza Betina Petroll Rodrigues
Manuela Moreira de Souza
Maria Cláudia Gomes P. S. Gutierrez
Márcio Magalhães Janot

Coordenação

Renato Jansson Rosek

Criação e editoração:

Departamento de Relacionamento com Investidores e Estudos Especiais
Brasília-DF

Este fascículo faz parte do Programa de Educação Financeira do
Banco Central do Brasil